



Recebido em 12/12/2024
Aceito em 30/01/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i46.56473

ARTIGO

Mobilizações femininas contra a carestia na Campanha pela Paz e no Movimento Custo de Vida

Women's mobilizations in the Campanha pela Paz and Movimento Custo de Vida

Ana Clara Nunes Tavares

Doutoranda em História Social da Cultura pela PUC-Rio

<https://orcid.org/0009-0002-6284-2011>

Layana Sales de Oliveira

Mestra em História Social da Cultura pela PUC-Rio

<https://orcid.org/0000-0002-0755-9603>

RESUMO: Este artigo busca apresentar a organização política feminina em torno de dois movimentos distintos: a Campanha pela Paz (1948-1953) e o Movimento Custo de Vida (1973-1982). Circunscritos a períodos históricos comumente analisados pela historiografia na chave da ruptura, os movimentos apresentam importantes pontos de convergência, ilustrando como os problemas sociais impactaram a vida das trabalhadoras e os repertórios de mobilização utilizados por elas atravessaram tanto o período pós-“Estado Novo” como o pós-“Milagre Econômico” da Ditadura Militar. O estudo se baseia em fontes primárias, como prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), manifestos, atas e boletins produzidos pelos movimentos, além de periódicos e entrevistas. Dialoga com a história social do trabalho e a história das mulheres para compreender as estratégias de resistência e as formas de engajamento feminino na luta contra a carestia.

PALAVRAS-CHAVE: Campanha pela Paz. Movimento Custo de Vida. Carestia.

ABSTRACT: Wof knowledge between different areas in order to promote a more critical use of these sources, whether in biographical studies, intellectual history or other possibilities. This article aims to present women's political organization around two distinct movements: the Campanha pela Paz (1948-1953) and the Movimento Custo de Vida (1973-1982). Although framed within historical periods commonly analyzed by historiography through the lens of rupture, these movements share important points of convergence, illustrating how social problems impacted the lives of working women and how their mobilization repertoires extended across

both the post-“Estado Novo” period and the post-“Economic Miracle” phase of the Military Dictatorship. The study is based on primary sources, such as records from the Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), manifestos, meeting minutes, and bulletins produced by the movements, as well as newspapers and interviews. It engages with labor history and women’s history to understand strategies of resistance and forms of women’s engagement in the struggle against the high cost of living.

KEYWORDS: Campanha pela Paz. Movimento Custo de vida. High cost of living.

Introdução

A luta contra a carestia, tema recorrente na história brasileira, ocupou um lugar central nas mobilizações populares ao longo do século XX. Para as mulheres trabalhadoras, esse tema estava diretamente ligado às suas responsabilidades cotidianas e às condições estruturais de desigualdade enfrentadas por elas. Em diversos momentos históricos, as dificuldades geradas pela inflação e pelo aumento do custo de vida provocaram mobilizações que transcendiam o espaço doméstico, engendrando novos repertórios de ação política (Tilly, 1976). Este artigo examina como dois movimentos distintos em seus contextos — a Campanha pela Paz (1948–1953) e o Movimento Custo de Vida (1973–1982) — mobilizaram mulheres em torno de demandas essenciais, como o combate à carestia, melhores condições de trabalho e a defesa dos direitos femininos.

As mulheres das classes populares sempre estiveram presentes nos espaços públicos, com diferentes práticas e agenciamentos que colocam em xeque os limites entre as esferas pública e privada (Dias, 1983). Porém, apenas ressaltar a presença de figuras femininas no meio público não é suficiente para compreendermos as experiências e os embates com a consciência social na construção das estruturas (Thompson, 1981). É preciso pensar nas experiências femininas como motores das mudanças sociais no panorama sócio-histórico em suas determinadas épocas.

Refletir sobre as resistências e microrresistências femininas nos leva ao encontro de “causas perdidas” e “becos sem saídas” (Thompson, 1981). Contudo, é neste teatro entre aspirações, ações e resultados que as atribuições reais da coletividade se realçam. Para encontrar as potenciais ações das mulheres trabalhadoras é necessário olhar além do sindicato (Fraccaro, 2018a), entendendo na vida cotidiana e nas outras formas de coletividade a formulação de resistências, de negociações e de concordâncias com o próprio meio em que essas agentes se encontravam.

Então, é proposto que olhemos para as formulações de ações das trabalhadoras a partir da Campanha pela Paz e do Movimento Custo de Vida. Embora separados por contextos históricos e políticos distintos — que compreendem, respectivamente, a transição democrática limitada do pós-guerra e o pós-milagre econômico da Ditadura Militar —, esses movimentos revelam continuidades nas formas de organização política das mulheres. Ambos os movimentos compartilham características comuns, como a predominância da participação feminina e o uso estratégico de discursos que conciliavam demandas sociais e reivindicações políticas. Essa análise conjunta busca compreender como as mulheres articularam suas demandas em períodos marcados por tensões políticas e econômicas.

Enquanto a Campanha pela Paz esteve fortemente influenciada pela agenda do Partido Comunista do Brasil (PCB), o Movimento Custo de Vida emergiu nas periferias paulistanas, articulando lideranças locais e demandas femininas no contexto da Ditadura Militar. Relacionamos os dois movimentos, tendo como pontos centrais a luta contra a carestia e a participação majoritária das mulheres, as quais estavam amplamente envolvidas com os mundos do trabalho. O engajamento das trabalhadoras nesses movimentos sociais indica o impacto da carestia, da maternidade e outras dinâmicas relacionadas à influência dos padrões normativos de gênero nas práticas e interações cotidianas. Temáticas caras ao cotidiano dessas mulheres tornaram-se, assim, pauta de uma ampla agenda política e de intensas mobilizações.

Ao privilegiar fontes primárias como atas de assembleias, prontuários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e manifestos, articuladas à historiografia recente, este estudo analisa como as mulheres ressignificaram os papéis e funções socialmente atribuídos a elas — notadamente aqueles relacionados à reprodução e ao cuidado com o lar (Perrot, 2005) — para legitimar suas ações no espaço público. Tal abordagem permite identificar os limites e as possibilidades de ação política feminina em períodos marcados pela repressão política.

A Campanha pela Paz e a luta das trabalhadoras contra a carestia

O Movimento pela Paz era parte da linha política adotada pela União Soviética de Josef Stalin a partir do final da década de 1940. Visando a manutenção da paz mundial, em um contexto de Guerra Fria, o movimento incluía a Campanha pela Interdição das Armas Atômicas e os protestos contra a Guerra da Coreia

(Ribeiro, 2011), por exemplo. A diretriz internacional foi seguida pelo PCB, que, mesmo na ilegalidade, engajou-se completamente na Campanha pela Paz. Essa agenda global foi adaptada às especificidades locais, incluindo a luta contra a inserção do Brasil na Guerra da Coreia e ao consequente envio dos soldados brasileiros para o confronto.

Foi nesse contexto que o secretário-geral do partido, Luís Carlos Prestes, lançou o Manifesto de Agosto de 1950, consolidando o novo direcionamento partidário e destacando a importância dos comunistas se engajarem na luta pela paz, contra o imperialismo norte-americano. Convocando especialmente as mulheres, os operários, trabalhadores rurais, jovens, soldados e marinheiros para lutarem pela paz, a retórica do manifesto baseou-se na ideia de que a guerra imperialista colocava em xeque a vida, o trabalho e a dignidade. O Manifesto apresentava, ainda, o discurso de que a guerra “ameaça a vida de nossos filhos” (Voz Operária, 1950, p. 1), que se fez presente em grande parte da construção da Campanha pela Paz (Tavares, 2023, p. 42).

Essa agenda, contudo, era bastante ampla e se estendia para além da questão da paz propriamente dita. Os comunistas consideravam que era necessário criar condições para viabilizar a luta pela Paz Mundial, ou seja, garantir direitos básicos para que essa luta pudesse ser consolidada. Assim, a Campanha pela Paz comumente abrangia campanhas contra a carestia, por aumento de salários ou pelo direito à cidade, por exemplo (Alves, 2020).

Embora a Campanha pela Paz fosse uma prioridade para o partido, o contexto político brasileiro da época não era propício para sua consolidação. Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), as liberdades e garantias individuais foram severamente restringidas, levantando questionamentos sobre o caráter da redemocratização após o fim do “Estado Novo”. Esse período foi marcado por uma democracia limitada e repressiva, com ações sistemáticas contra o PCB, apoiadas pela polícia sob o comando de Adhemar de Barros, então governador de São Paulo (Pomar, 2002).

O controle rígido sobre as organizações de trabalhadores e o Partido Comunista tornou-se o principal símbolo da chamada redemocratização no período Dutra. Já no primeiro ano de seu mandato, o presidente promulgou o Decreto-lei 9.070, que, na prática, inviabilizava greves. Além disso, a repressão aos trabalhadores se intensificou com a prisão de líderes sindicais e a deportação de estrangeiros, medidas que evidenciavam a disciplina imposta pelo DOPS.

A contínua perseguição e repressão policial enfrentada pelos trabalhadores revela a fragilidade da democracia vivida naquele período. Com uma polícia política dedicada a vigiar e controlar o movimento operário e o associativismo popular, as iniciativas reivindicatórias da classe trabalhadora eram frequentemente sufocadas com violência. Além das violações aos direitos trabalhistas por parte dos empregadores, o poder de negociação dos trabalhadores era restringido por meio do intervencionismo estatal e da força policial. Nesse cenário de intensa repressão, qualquer iniciativa da oposição se tornava alvo da polícia política, e a Campanha pela Paz não foi exceção (Pomar, 2002).

Apesar de não ser uma instituição declaradamente ligada ao PCB, a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo (FMESP) era notadamente uma instituição de influência comunista e protagonizou grande parte dessa campanha, engajando-se na luta pela paz mundial desde sua fundação, em 1948. A Campanha foi central na agenda política da FMESP até a primeira metade da década de 1950, período em que a atuação da entidade foi mais contundente e, por isso, utilizado como recorte temporal para esta análise. As mulheres organizadas em torno da FMESP também acreditavam que somente com a paz as dificuldades econômicas da população seriam solucionadas e os direitos femininos seriam de fato consolidados (Mulheres de São Paulo, APESP, sem data).

A FMESP era filiada à Federação de Mulheres do Brasil (FMB), entidade que buscava articular as diferentes organizações femininas em âmbito nacional. Ambas as instituições estavam engajadas em questões do cotidiano feminino. O discurso utilizado para convocar as mulheres a se organizarem por melhores condições de vida e pela consolidação de direitos básicos era direcionado especialmente às trabalhadoras, que tinham suas trajetórias diretamente impactadas pela carestia do custo de vida, baixos salários, precariedade nos serviços de saúde e educação e no acesso ao direito à cidade. A FMESP se destacou, assim, por sua capacidade de articular mulheres de diferentes classes sociais em torno de uma agenda política abrangente.

A carestia era apontada pelas lideranças dessas entidades como um impeditivo do bem-estar e da felicidade das famílias. As mulheres, consideradas responsáveis pelo cuidado com os lares e os filhos, eram estimuladas por essas instituições femininas a se organizarem em um movimento unificado na luta por melhores condições de vida.

Descrita pelo DOPS como uma “entidade lançada por um grupo de mulheres comunistas” (Investigação sobre as mulheres do Estado de São Paulo,

APESP, 1948), a FMESP tornou-se alvo da polícia política logo após sua fundação. A Federação ficou, assim, sob vigilância constante, sendo submetida inclusive à presença de investigadores do Serviço Secreto do Departamento nas assembleias, conferências, comícios e demais eventos que organizava¹. Na mesma tônica repressiva, a Campanha pela Paz também esteve na mira da polícia política. O DOPS de São Paulo proibiu, a partir de 1949, todas as atividades relacionadas à Campanha.

Em um episódio notório, o deputado Cid Franco questionou o DOPS sobre a prisão de Ana de Andrade, então vice-presidenta da FMESP — eleita na Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo —, argumentando que havia se tornado prática comum considerar como agitadora extremista e subversiva qualquer pessoa que falasse sobre paz ou se opusesse ao envio de jovens brasileiros para a Guerra da Coreia. Em resposta, Hugo Ribeiro da Silva, delegado adjunto da Delegacia de Ordem Social e responsável pela prisão de várias pessoas ligadas ao movimento pela paz, declarou que os que promoviam o *slogan* da paz em apoio à campanha comunista, como faziam as mulheres da Federação, estavam agindo contra o interesse nacional e, por isso, deveriam ser contidos pela polícia (Circular n° 82 da Federação de Mulheres do Brasil, APESP, 1952).

Mesmo diante de forte repressão política, a FMESP protagonizou grande parte da Campanha, sendo responsável por uma intensa luta feminina em prol da paz mundial e pela conquista e consolidação dos direitos femininos. Nesse sentido, a Federação organizou, entre 28 e 30 de março de 1949, a Primeira Convenção Feminina do Estado de São Paulo, cujo *slogan* era “pela paz e por uma vida melhor” (1ª Convenção Feminina, APESP, 1949). Estrategicamente, a realização do evento foi comunicada ao DOPS como uma forma de evitar qualquer movimento repressivo que impedisse sua efetivação e contou com a presença de agentes do Serviço Secreto, que registraram todas as atividades, como de praxe.

Planejada e estruturada desde o ano anterior, em 1948, a Convenção foi pensada com o intuito de promover a discussão de temáticas caras às mulheres, visando encontrar soluções para os problemas que as afligiam:

A Federação das mulheres do Estado de São Paulo, órgão de âmbito estadual, que congrega entidades femininas com a finalidade precípua de lutar pelos Direitos da Mulher e defender a Paz Mundial e as riquezas

1 Não há informações sobre os agentes do Serviço Secreto, mas é interessante pensar que, tendo em vista a presença majoritária de mulheres nesses eventos, os agentes precisavam ser do sexo feminino se quisessem passar despercebido. A outra opção, também plausível, é que agentes do sexo masculino realizassem as investigações sem a preocupação de serem notados.

do subsolo brasileiro, CONSIDERANDO que a guerra de maneira alguma pode interessar a mulher que tanto já sofreu no segundo conflito mundial, o que lhes dá o direito e mesmo as obriga a compartilhar da construção de um mundo de após guerra, onde em ambiente de Paz possa construir e estabilizar o seu lar e educar seus filhos dentro dos sãos princípios da Liberdade, Paz e Progresso; [...] CONSIDERANDO que o elevado custo de vida em consequência dos salários baixos percebidos pelos chefes de família e a alta dos preços de gêneros de 1ª necessidade, o que vem tornando para as donas de casa um verdadeiro martírio à solução de seus problemas domésticos, o que mais se agravará agora com o aumento de imposto de vendas e consignações; CONSIDERANDO a situação de fome, miséria e abandono quanto a assistência social em que se encontra em tôdas as partes do Estado, no campo ou na cidade, a mulher que trabalha; CONSIDERANDO que êstes últimos fatos trazem em consequência a estatística assustadora de mortalidade infantil e de vítimas da tuberculose; CONSIDERANDO finalmente, o espírito da luta do qual já se vem caracterizando as mulheres do nosso Estado na solução desses problemas e a necessidade que temos de dar um novo impulso a essas lutas para não sermos esmagados, principalmente pela situação econômica, que se agrava de dia para dia; e A exemplo do que já se vem realizando em outros Estados da União, convoca uma Convenção Feminina que deverá se realizar, possivelmente, em Fevereiro de 1949, na Capital, afim de que, unidas, organizadas, tôdas as mulheres do Estado, operárias, estudantes, donas de casa, intelectuais, camponesas, funcionárias públicas, etc, possam discutir e encontrar meios de solução às questões que tanto lhes interessam e preocupam. Que não fique, pois, um bairro, uma empresa, uma fazenda, um município, onde não penetrem os trabalhos preparatórios da Convenção, os quais deverão ser não uma reunião pura e simples de mulheres, mas a consequência lógica de todo trabalho, verdadeiramente popular, onde nossas mulheres manifestem praticamente seu desejo de se organizar e lutar pelos seus inúmeros direitos. MULHERES DE SÃO PAULO! PELA DEFESA DA PAZ! [...] PELA CONQUISTA DE NOSSOS DIREITOS! CONTRA O ALTO CUSTO DE VIDA! [...] (Manifesto às mulheres de São Paulo, APESP, 1948)².

O “Manifesto às Mulheres de São Paulo”, ferramenta de convocação para a Convenção Feminina, utilizava-se do discurso de defesa dos filhos e do sofrimento ainda latente deixado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial, estratégias amplamente empregadas na Campanha pela Paz. Além disso, o manifesto adiantava o conteúdo das discussões que seriam travadas durante a Convenção: paz mundial, combate à carestia do custo de vida e às más condições de trabalho e demais questões ligadas ao cuidado materno, à assistência social e aos problemas ‘domésticos’.

A Convenção pretendia reunir mulheres de distintas classes sociais e profissões. Ao convocar intelectuais, estudantes, camponesas, operárias e donas de casa para um debate, a FMESP apontava que essas questões interessavam a todas as mulheres do estado de São Paulo. Contudo, não é possível ignorar que os problemas relacionados à carestia, mortalidade infantil e condições precárias de trabalho afligiam sobretudo as mulheres pobres, da classe trabalhadora.

² Esta e as demais citações de fontes históricas utilizadas neste artigo transcrevem com exatidão o texto, reproduzindo eventuais erros ortográficos e a escrita da época.

Não por acaso, boa parte das discussões travadas na Convenção estava diretamente atrelada aos direitos das trabalhadoras e às suas principais demandas. As responsáveis pela organização do evento estabeleceram como pauta a reivindicação de salário igual para trabalho igual nas fábricas, assistência médica e social para as trabalhadoras do campo, combate à mortalidade infantil e destaque aos casos de subnutrição aos quais os filhos de operários e camponeses eram submetidos pela falta de alimentos básicos, por exemplo. A FMESP conclamava, assim, as mulheres a lutarem contra a guerra, pela paz, pelo progresso e pela emancipação feminina.

Foram selecionadas delegadas representantes de diversos municípios, bairros e associações femininas. Cada delegada ficou encarregada de redigir uma tese sobre uma das temáticas e apresentar as demandas dos grupos que representavam. Além disso, deveriam indicar as conclusões de seus respectivos grupos a respeito do abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, escolas, hospitais, aumento do custo de vida e demais reivindicações que caberiam apenas às mulheres de cada associação, município ou bairro.

As teses elaboradas, algumas datilografadas e outras escritas à mão, não apenas apontavam as preocupações e reivindicações das delegadas e dos grupos aos quais representavam, mas também marcavam as diferenças sociais entre essas mulheres. Essas diferenças estão expressas tanto no modo de escrever como no próprio conteúdo das proposições, que versavam sobre questões até então desconhecidas para muitas das pessoas presentes, o que foi ressaltado pela própria direção da FMESP ao final do evento (Resumo da 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo, APESP, sem data). A maior parte das teses apontava problemas que afligiam diretamente as trabalhadoras. Essas proposições apresentavam temáticas que afetavam o cotidiano das mulheres pobres, levantando questões cruciais sobre a experiência feminina nos mundos do trabalho — tanto naquele período como em contextos anteriores e posteriores — e sobre a forma pela qual elas reivindicavam seus direitos e se colocavam no debate político.

Em um desses documentos, elaborado por uma autora não identificada, a discrepância entre os baixos salários e o elevado custo de vida foi apontada como um dos principais problemas da mulher operária e dona de casa. Essa discrepância gerava, segundo a delegada que redigiu, a supressão dos gêneros de primeira necessidade como leite e carne e, conseqüentemente, a subalimentação dessas mulheres e de seus filhos (Prontuário 108.021, APESP, 1949).

A delegada apontava o problema da moradia como um dos mais latentes para a classe operária. Segundo ela, o preço dos aluguéis fora do alcance das trabalhadoras as obrigava a residir em casas de apenas um quarto com famílias inteiras e com condições precárias de higiene. Além disso, geralmente as casas eram distantes dos locais de trabalho, o que implicava em enfrentar a precariedade dos transportes públicos superlotados, fazendo com que se atrasassem para o trabalho.

Pela lei de regulamentação do repouso semanal remunerado, o trabalhador deveria cumprir integralmente seu horário de trabalho na semana anterior para ter direito ao descanso. Assim, até mesmo pequenos atrasos implicavam na perda de metade do pagamento diário e da remuneração do descanso (Leal, 2011). Dessa forma, uma coisa estava atrelada à outra, em um efeito cascata: os baixos salários refletiam nas possibilidades de moradia, que, por sua vez, ocasionavam descumprimento da assiduidade e, conseqüentemente, a redução ainda maior da remuneração dessas trabalhadoras e a impossibilidade de arcar com os custos de vida.

As demais teses apresentadas e discutidas na Convenção Feminina seguiram a mesma linha e reivindicaram melhores condições de trabalho, igualdade salarial, creches nas fábricas e demais pautas latentes para as mulheres trabalhadoras, além da paz mundial. As questões debatidas durante o evento — que refletiam as demandas femininas ligadas ao trabalho ao mesmo tempo em que dialogavam com a agenda política da FMESP — indicavam o caráter generificado das pautas dessas mulheres, que, conforme apontado por uma das delegadas, tinham “reivindicações específicas a levantar e defender, inerentes à profissão, à saúde, à maternidade, à higiene e aos bons costumes” [sic] (A mulher e as organizações profissionais, sindicatos, etc., APESP, sem data).

Certamente, tais questões eram ainda mais latentes para mulheres negras. Contudo, a pauta racial não era abertamente levantada nas reivindicações realizadas pela FMESP. Nem mesmo os documentos produzidos pelas próprias filiadas — como atas de assembleia, panfletos ou as teses apresentadas na Convenção — fazem menção ao maior impacto das condições precárias de vida e trabalho para as mulheres negras. Enquanto as diferenças entre as experiências masculina e feminina e as discussões de classe permeavam a maioria dos debates e ações realizados pela instituição, as questões referentes à raça eram ignoradas.

Sob este aspecto, é importante ressaltar que a direção da FMESP foi majoritariamente composta por mulheres brancas e pertencentes a uma elite

intelectual e financeira ao longo de seu funcionamento. Uma exceção à regra foi a presidenta Sofia Campos Teixeira, professora e ativista negra, empenhada na defesa dos direitos das mulheres negras, eleita para o cargo no final da Convenção Feminina, na qual defendeu a tese “Sobre as domésticas”. Inclusive, esta foi a única proposição sobre trabalho doméstico apresentada durante a Convenção e argumentava pelo direito de sindicalização da categoria e a regulamentação de questões fundamentais, como férias remuneradas, jornada de trabalho regulamentada, descanso semanal e aviso prévio (Campos Teixeira, 1949).

Sofia foi descrita mais de uma vez por agentes secretos do DOPS como uma mulher preta que usava óculos (APESP, Dossiê Campanha da Paz, Assembleia de encerramento da 1ª Convenção Feminina Pró-paz, realizada ontem, no salão das Classes Laboriosas, à Rua do Carmo, 129, 1949); a única a ter a cor da pele apontada em relatórios da polícia política, diga-se de passagem. Não foi possível considerar a racialização das associadas da Federação, pois nos documentos de filiação estas eram identificadas apenas a partir de suas profissões, dos bairros em que moravam ou trabalhavam e das associações/sindicatos dos quais eram membros. Dentre aquelas que foram detidas ou citadas de forma recorrente pela polícia política — e, por isso, é possível tecer uma identificação mais detalhada —, não havia mulheres negras. Uma pesquisa mais aprofundada seria necessária para revelar o perfil racial da FMESP, considerando todas as listas de filiadas.

De modo geral, as demandas levantadas pelas delegadas nas diferentes proposições apresentadas durante a Convenção evidenciam uma complexa articulação entre as esferas pública e privada. Constantemente, as trabalhadoras mobilizavam sua condição de mães e cuidadoras para justificar sua inserção política no espaço público, ao mesmo tempo em que desafiavam as estruturas de poder estabelecidas.

Estrategicamente, a mobilização dessas questões a partir do que se entendia como padrão de comportamento feminino garantia certa legitimidade às reivindicações feitas por essas trabalhadoras. Não era incomum, dessa forma, que apesar do caráter extremamente político dessa agenda reivindicatória, as mulheres buscassem retratá-la como ancorada apenas no espírito maternal e na preocupação feminina com as questões domésticas. Essa tentativa de despolitizar suas próprias ações pode ser compreendida como forma de evitar a repressão política, mas também pode significar que muitas dessas mulheres compreendiam sua organização como apenas representações de seus instintos maternais, apesar da clara influência de uma instituição com caráter extremamente político como

a FMESP. Muitas vezes, elas reivindicavam espaço na esfera pública para lutar pela paz e por melhores condições de vida, reconhecendo-se enquanto mulheres, mães e esposas, responsáveis pela estabilidade do lar.

Nessa perspectiva, Marina Magalhães Silva, presidenta da Associação Cívica Feminina de Santos e uma das principais articuladoras da FMESP, realizou uma conferência em 1948 intitulada “A mulher e a paz universal”, na qual pontuou a importância da mobilização feminina em torno dessas demandas para o bem-estar coletivo. A conferência refletiu a movimentação da Federação em torno da discussão sobre o papel da mulher no debate público e, sobretudo, a percepção de que esse papel estava intimamente associado às expectativas tradicionais de gênero:

Dizem, por aí, que o lugar da mulher é somente no lar. Sem duvida, ela é o artífice da felicidade, da alegria e da beleza da família. Porém, sem deixar de ser mulher e de ser mãe, de ser grácil e de ser meiga, há de se projetar, fatalmente, na sociedade, para participar de seus anseios e de seus sofrimentos. Grande foi o numero de mulheres que souberam honrar o lar, como mães e como companheiras e dignificar a coletividade, pela ação e pelo pensamento. [...] Vemos, queridos amigos, que a mulher, pela sua estesia, pode desenvolver magna atividade. Por isso, exigimos o lugar que lhe é destinado na preparação de um mundo menos infeliz e onde a paz seja mantida. Não deve a mulher ser preterida, com desdém e ironia, somente por ser mulher. A ela o que lhe pertence, por direito, justamente porque é mulher, porque é mãe, porque é esposa, a companheira diligente de cada dia, de cada hora, por saber sorrir e saber sufocar lágrimas. Louvemos, pois, a mulher que, sem alarde e sem ostentação, na singelesa do lar e na sociedade, vem contribuindo de maneira notavel para o bem estar coletivo. Asseguremos e respeitemos o valor e os direitos de quem com nobreza e alto grau de equilíbrio corrige, ama e conduz (Magalhães Silva, APESP, 1948).

Os papéis tradicionais de gênero, que relegam as mulheres à função reprodutiva, ao trabalho de cuidado e ao ambiente doméstico (Fraser, 1993), eram mobilizados como uma ferramenta para legitimar reivindicações e projeções políticas femininas. Defendia-se, assim, a ideia de que ser mãe, esposa, dona de casa e, conseqüentemente, responsável pelas questões de âmbito ‘doméstico’ era justamente o que tornava necessário o engajamento e a mobilização dessas mulheres em discussões que versavam sobre os problemas da sociedade. A responsabilidade feminina com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos era, portanto, apontada como motivação para que as mulheres se engajassem e se organizassem politicamente.

Ao destacar que a mulher, com nobreza e equilíbrio, “corrige, ama e conduz”, Magalhães Silva reforçava a ideia de que o cuidado, o zelo e a responsabilidade são qualidades naturais atribuídas à mulher. No entanto, essa visão não limitava o papel feminino a tais funções, muito pelo contrário. Na visão

de Marina, que possivelmente refletia o posicionamento da FMESP, justamente por serem responsáveis pelo trabalho de cuidado, as mulheres estavam aptas a se organizar e lutar por melhores condições de vida. As associadas da instituição buscavam, assim, afirmar sua presença no debate público, lutando não apenas por seus direitos fundamentais e pela emancipação feminina, mas também pela reivindicação de um protagonismo nas discussões sobre a paz mundial e defesa nacional.

Além de esclarecer como essas mulheres provavelmente compreendiam as relações de gênero e os papéis sociais que deveriam desempenhar na sociedade, essa narrativa também serviu para conferir um caráter menos ‘subversivo’ às militantes da FMESP. As associadas já eram vistas como ‘agitadoras comunistas’ e ameaças à ordem por lutarem pela paz e por uma vida melhor enquanto apelavam para a sensibilidade e o sentimento maternal. Nesse caso, romper completamente com os ideais tradicionais de feminilidade e questionar abertamente o papel da mulher na sociedade provavelmente intensificaria ainda mais a repressão política.

Considerando essas questões, a Federação de Mulheres do Estado de São Paulo mobilizou inúmeras trabalhadoras na luta pela paz e por melhores condições de vida, configurando-se como um importante instrumento de organização dessas mulheres. A partir da agenda política da Campanha da Paz, a instituição propulsionou debates fundamentais acerca das condições de vida da classe trabalhadora e, sobretudo, de demandas cruciais para as mulheres das classes populares naquele período.

A organização política das trabalhadoras em torno da Federação ilustra que a inação nunca foi uma opção para as mulheres, especialmente as mulheres pobres. Em um período esquecido entre as “ondas”³ do feminismo e com bandeiras e demandas diferentes daquelas consagradas no movimento, essas trabalhadoras se mobilizaram de diversas formas e tiveram atuação extremamente significativa na consolidação de seus próprios direitos, protagonizando um importante movimento pautado em uma agenda política diretamente atrelada aos problemas da classe trabalhadora.

3 O debate sobre a divisão da história do feminismo em ondas tem ganhado destaque, pois essa periodização tende a consolidar uma visão homogênea do movimento, priorizando o gênero como principal categoria de análise e ofuscando as interseções com raça e classe. Ver, entre outros: Fraccaro, 2018b.

Movimento Custo de Vida: entre a carestia e a busca por direitos

É necessário observar que as negociações entre as mulheres trabalhadoras e o Estado também ocorreram em outros períodos da História Contemporânea do Brasil. A Ditadura Militar brasileira protagonizou um dos momentos de maior repressão institucionalizada no país e os métodos de opressão à classe trabalhadora não fogem deste cenário. Isso se fez presente, à título de exemplo, na Lei nº 4.330 de 1º de junho de 1964, que cerceou o direito à greve, assim como também foi responsável pelo desmantelamento dos sindicatos.

Além disso, a Ditadura Militar incorporou a caça aos ‘inimigos invisíveis’ como forma de guerra revolucionária (Alves, 1984), admitindo uma contraposição entre a ideologia comunista e a moralidade conservadora apresentada de maneira propagandística pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A forte influência moral acrescida de um pico de melhora econômica, advindo do “Milagre Econômico”, eram estratégias de legitimação do governo militar. É nesse cenário autoritário, de destituição da democracia e de supressão das liberdades individuais, que múltiplas formas de resistência se configuraram.

O Movimento Custo de Vida (MCV) formou-se na periferia sul da capital paulista por meio dos Clubes de Mães da Zona Sul (CMZS). As reuniões dos CMZS eram realizadas nos bairros e, inicialmente, eram ligadas aos padres e freiras que encabeçavam a Operação Periferia⁴ em São Paulo. Os Clubes, a priori, surgiram como forma de associativismo entre as mulheres da periferia, as quais uniam-se para aprender bordado, costura, entre outras formas de complementação de renda.

As relações entre a domesticidade e as participantes dos CMZS eram intrínsecas: o lar, a família, os afazeres domésticos e a economia da casa eram parte das suas vidas cotidianas. Portanto, as discussões permeavam as perspectivas do lar, enfatizando sempre os problemas das periferias, tais como: o transporte público insuficiente, o saneamento básico, a distribuição de água, a escola, a creche e os salários baixos faziam parte da gama de debates propostos nas reuniões. Célia Brito, pedagoga e voluntária do núcleo São Joaquim dos CMZS, relembra que:

4 A Operação Periferia surgiu após a reforma da Igreja Católica, no Concílio Vaticano II (1962-1965), em 1972, quando Dom Arns, na ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade em São Paulo, apresentou para os fiéis a “Operação Periferia”, que contava com o auxílio dos católicos à população marginalizada da cidade. A ajuda consistia na instrumentalização da caridade, promovendo e treinando pessoal para o providenciamento do desenvolvimento humanitário. Dessa maneira, formaram-se laços entre a Igreja e a população das periferias paulistanas, tendo as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) papel central na mobilização, atuando como parceiras na organização social, principalmente no apoio aos desempregados e perseguidos pela Ditadura Militar.

As mulheres iam aprender a pintar pano de prato, mas ficavam sabendo que existia uma ditadura militar feroz, que elas não podiam ficar só vendo a casa: precisava olhar o bairro, as condições de vida das famílias, que a falta de muita coisa tinha de ver com a situação da época. Era assim o clube de mães. Aí, todo mundo se mexia. Inúmeras lutas por escola, creche, ônibus, escola, regularização do loteamento, água encanada, nasceram desse grupo (Dias; Azevedo; Benedicto, 2004, p. 82.)

Não por acaso, no ano de 1973, após uma conversa à beira do tanque de lavar roupas entre Irma Passoni e Ana Dias — duas das principais lideranças do MCV —, a questão da alta do preço dos alimentos de necessidade básica foi levantada e levada à uma das reuniões do Jardim Nakamura (Oliveira, 2024). A partir do esquema de repasse de informações entre os Clubes, a demanda chegou aos outros bairros, os quais colocaram a carestia como uma exigência central das mulheres que ali viviam. Dessa maneira, formularam um movimento que apresentava e discutia as urgências sociais inerentes à existência periférica, o MCV. À medida que o MCV crescia, algumas ações coletivas eram executadas pelas participantes. A primeira delas contou com uma pesquisa sobre o aumento de 17 produtos básicos (1ª Carta das mães da periferia, 1973) entre os anos de 1972 e 1973⁵, a qual gerou uma carta às autoridades do país — Presidente da República, Senadores, Governador do Estado de São Paulo, Deputados, Prefeito de São Paulo, Vereadores e autoridades no geral —, que incluía as exigências propostas, como também a descrição da vida cotidiana das mulheres. Nela, apresentam que:

O feijão de \$2,40 para \$6,70, a carne de \$7,00 para \$15,00 e o arroz de \$1,25 para \$2,40. etc. Assim sendo o custo de vida subiu de 120% e salário mínimo de \$266,80, só subiu 16% passando para \$312,00. Afinal, esse salário é um salário de fome ou não é? E ainda notamos na pesquisa que quanto mais longe é o bairro da cidade mais alto o custo de vida, por exemplo na cidade o custo de vida subiu 69%, nos bairros afastados 94%, e os mais afastados 120%. (...). Nós mães fazemos um apelo para que os senhores tomem providencia no sentido de resolver a carestia de vida e aumentos os salários (1ª carta das mães da periferia, 1973).

O valor insuficiente do salário mínimo, a carestia, o direito à cidade e a maternidade eram as principais questões abordadas pelas figuras femininas presentes no MCV, porque seus desafios diários perpassavam estas esferas. A vida na periferia paulistana era cercada por dificuldades, principalmente no que diz respeito ao acesso ao centro da cidade, à disponibilidade de vagas em escolas e creches, como também à moradia digna e ao trabalho assalariado. Considerando

⁵ Thiago Monteiro (2017) aborda que a forma como a pesquisa de aumento dos produtos básicos foi feita dificulta o seu entendimento, porque durante as entrevistas, usadas em seu estudo, as mulheres não especificam se a pesquisa sobre o preço dos alimentos foi feita em 1972 e depois comparada com o aumento do custo de vida de 1973 ou se o levantamento foi feito a partir de memórias sobre os preços do ano de 1972 e comparadas com os de 1973.

esta realidade, os Clubes propunham reações coletivas ao elaborarem uma rede de auxílio entre os vizinhos, bem como ao desafiarem o governo ditatorial.

Tereza, moradora da Vila Margarida, vizinha de Santo Dias e Ana Dias, tinha dez filhos, era analfabeta e trabalhava como faxineira em um banco de São Paulo. A solidariedade entre os vizinhos do bairro foi essencial para sua sobrevivência, ela rememora que Santo arrumou emprego para o marido, como também ele e Ana auxiliaram o casal no aprendizado da leitura e da escrita (Dias; Azevedo; Benedicto, 2004).

Então, o formato de vínculo bairrista presente na estrutura dos Clubes de Mães foi fundamental para o avanço e ampliação do MCV. Os Clubes se comunicavam em forma de leva-e-traz, ou seja, as questões discutidas em um clube eram levadas para os outros. O Clube de Mães da Vila Remo, em sua origem, contava com a participação das mulheres do Lions Clubs⁶, as quais ensinavam bordado, tricô, crochê e higiene básica.

Além disso, elas faziam feiras de vendas das produções fabricadas nos Clubes como forma de arrecadação de dinheiro para a compra de materiais. Porém, em 1972, o pároco local, ao perceber o distanciamento das figuras da elite das mulheres periféricas, expulsou-as da administração, reconhecendo que as mães da periferia já estavam aptas a conduzir sozinhas o Clube. Assim, o Clube da Vila Remo se juntou ao da Vila Margarida, acarretando nas relações de leva-e-traz (Monteiro, 2017).

Dentro deste caráter associativista⁷, os sujeitos presentes nos CMZS conduziram outra pesquisa, entre 1974 e 1975, sobre 2 mil gêneros básicos de consumo, que se desdobrou, novamente, em uma carta às autoridades do país sobre o custo de vida (Pesquisa 1975, CEDEM, Fundo CMZS, 1975). Nesta, elas constataram que aquele era o ano internacional da mulher organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que sendo esta data importante para a vida das mulheres, a questão da carestia e da maternidade necessitava de maior atenção⁸. O cunho do grupo, a partir desta carta, se tornava muito mais centrado

6 O Lions Club é um clube associativista da elite paulistana.

7 O associativismo é colocado neste contexto a partir da ideia de que os movimentos sociais são a maior expressão dos agentes sociais coletivos. Dessa maneira, é na construção de identidades em comum que o associativismo faz-se necessário, ao incorporar as demandas comuns a um grupo que identifica-se a partir delas. (Gohn, 2008).

8 O ano de 1975 marcou o ocidente com o início da década da mulher (1975-1985), planejada pela ONU. Durante esse período, ocorreram três conferências mundiais sobre as reivindicações femininas. A primeira, em 1975, na Cidade do México, discutiu o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, com 133 delegações. Em 1980, a segunda conferência abordou “Educação, Emprego e Saúde”. A terceira, em 1985, em Nairobi, discutiu as “Estratégias Orientadas ao Futuro para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”. Em 1995, em Pequim, ocorreu uma quarta

nas percepções femininas e de classe, o que tornou as discussões diretamente generificadas⁹.

Neste contexto, as mulheres trabalhadoras basearam-se, em parte, nas contribuições advindas das discussões das conferências mundiais para realizar materiais próprios como panfletos, boletins, materiais de estudos e até mesmo cursos de formação. Em um boletim chamado “O ano internacional da mulher”, as figuras femininas dos CMZS explicam que “O ANO INTERNACIONAL DA MULHER (1975) oferece excelente oportunidade para trabalharmos em conjunto para acabar com essas diferenças tão comuns contra a mulher para que ela participe mais da vida econômica social e política de nosso planeta” (Ano Internacional da Mulher, CEDEM, Fundo CMZS, 1975).

Dessa forma, as pautas brasileiras ligam-se às demandas feministas internacionais. Um boletim dos CMZS trouxe como o trabalho da mulher era subremunerado em relação ao do homem na mesma função, abordou também sobre o trabalho doméstico não remunerado, criticou a submissão da esposa ao marido, destacou a maternidade, abrangendo o descaso da saúde pública com a mulheres-mães, e dialogou com o Estado para que fossem dadas melhores condições de vida, com objetivo de conseguirem cuidar dos seus filhos, conforme é exposto abaixo:

Na ‘maternidade’ não pode haver igualdade mas há necessidade de proteção para a mulher e como a mulher não participa da política da saúde as necessidades da maternidade nem são reconhecidas pelo contrário é um dos setores mais descuidados nos programas de saúde. COMO SE PODE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE UM SER HUMANO NASCIDO DE MÃE ANALFABETA, ECONOMICAMENTE DEPENDENTE, SUBALIMENTADA E SOBRECARGADA DE TRABALHO, DE SAÚDE PRECÁRIA E TENDO UM FILHO POR ANO? (Boletim sobre o Ano Internacional da Mulher, 1975).

No entanto, ainda que houvesse várias tentativas de resistência entre 1973 e 1975, as mulheres não obtiveram resposta e o custo de vida crescia exponencialmente, tanto pela crise internacional do petróleo quanto pelas consequências das políticas econômicas da Ditadura Militar, que culminaram no “Milagre Econômico”. Então, como forma de tentar atingir as autoridades, bem

conferência sobre “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. (Conferências Mundiais das Mulheres, ONU, 1975, disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>).

⁹ Durante este período houve uma colisão entre o MCV e as mulheres dos periódicos “Nós Mulheres” e “Brasil Mulher”. As interações entre essas perspectivas sobre a ‘questão da mulher’ possivelmente contribuíram tanto para uma concepção predominantemente feminina das demandas do Movimento de Conscientização da Mulher (MCV) quanto para a formulação de uma interpretação feminista não hegemônica, observável nas discussões promovidas por mulheres exiladas em Paris (Abreu, 2016). Portanto, desencadeou-se, a partir desta ligação entre os movimentos periféricos e as mulheres letradas, uma nova convicção dos debates sociais sobre as necessidades das mulheres.

como inserir as demandas no cenário sócio-político paulistano, as manifestantes, em 1976, iniciaram a coleta de assinaturas para um primeiro abaixo-assinado em nome do Movimento Custo de Vida. Entretanto, para que o abaixo-assinado gerasse resultado, as mulheres propuseram uma assembleia geral sobre o custo de vida no Colégio Santa Maria. Nesta reunião participaram figuras religiosas, estudantes (principalmente da PUC-SP), donas de casa e trabalhadores assalariados, principalmente aqueles ligados aos sindicatos metalúrgicos da região (Monteiro, 2017).

Esta Assembleia foi responsável pela aproximação do MCV com outros movimentos sociais. Monteiro (2017), afirma que da reunião saiu nova tática de ação das mulheres: as reuniões não seriam mais realizadas na periferia e sim no centro de São Paulo, o que ocasionou a desistência de parte das participantes, pois não tinham como chegar nas partes centrais da cidade, tanto pelo transporte público danificado, quanto pelo horário de trabalho e pelos afazeres da casa. Todavia, mesmo com as constantes reclamações sobre a perda do vínculo com a base, as mulheres da periferia continuaram lutando por seus interesses, fazendo com que o movimento crescesse cada vez mais.

Foram apresentadas nesta Assembleia algumas reivindicações que já existiam no cerne do MCV, como também novas demandas providas da aproximação com os movimentos sindicais, feministas e estudantis. A partir deste encontro foi feito o primeiro abaixo-assinado em nome do MCV, no qual se demandava: “1- Congelamento dos preços. 2- Aumento de salário e abono de emergência. 3- Organização de Cooperativa. 4- Construção de creches” (Doc. 002_2, 1976).

A partir daí, as disputas internas tornaram-se mais evidentes, já que o abaixo-assinado conquistou, aproximadamente, 19.500 assinaturas, mostrando que o MCV tinha potencial de organização e de afeto às autoridades políticas repressoras. Anteriormente, o movimento era descredibilizado por dispor de mulheres periféricas, majoritariamente donas de casa, como líderes. Contudo, pela sua rápida ascensão no cenário político brasileiro, os diversos grupos presentes no auxílio da estruturação do MCV tentaram pleitear as relações internas, para, assim, administrarem a luta contra a carestia à sua maneira (Monteiro, 2017).

Todavia, com a grande participação de apoiadores de fora da Zona Sul, o Movimento não poderia mais manter o sistema de leva-e-traz para a sugestão de pautas e organização. Assim, em agosto de 1977, criou-se uma coordenadoria geral, em uma assembleia no Colégio Arquidiocesano, contando com a participação

de 700 pessoas. Foram eleitos, aproximadamente, 40 representantes, sendo: “MCV e Clubes de Mães e um elemento das entidades estudantis, intelectuais e de alguns diretórios de bairros do MDB” (Monteiro, 2017, p. 77), ademais, havia a participação da Frente Nacional do Trabalho (FNT), membros do PC do B (e suas dissidências) e do Movimento Feminino pela Anistia (Evers, 1982, p. 77). Também durante o ano de 1977 foram planejados o lançamento e a coleta de assinaturas para o abaixo-assinado de 1978. Nesse abaixo-assinado, as mulheres da periferia abordavam que:

Hoje em dia, o problema mais sentido por todos é a alta do custo de vida. Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador. Com isso, cada vez mais o dinheiro acaba antes do fim do mês, embora todos trabalhem tanto quanto antes ou até mais. Muitos não ganham o suficiente nem mesmo para uma boa alimentação e muitos em idade escolar são obrigados a trabalhar mais cedo, prejudicando os seus estudos. [...] Porém, se essa situação que vivemos é injusta e nos tem prejudicado, existem uns poucos que estão lucrando com isso, e decidindo tudo. Somos nós que construímos o País e, por isso, temos o direito de melhorar de vida, de ter respeitadas nossas opiniões e de participar das decisões sobre o que deve ser feito para resolver os problemas que estamos enfrentando. Se a situação chegou a esse ponto, é porque nossos direitos não estão sendo respeitados. O que estamos exigindo é parte deles: Congelamento dos preços de primeira necessidade; Aumentos dos salários acima do aumento do custo de vida; Abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores. (“Abaixo-assinado”, 1978).

Esse foi um momento de extrema importância para o movimento. Em 26 de agosto de 1978, o jornal “Folha de São Paulo” escreveu sobre o embate entre algumas senhoras que panfletavam e colhiam assinaturas na Praça da Sé e um pelotão da polícia que chegou ao local. Elas foram abordadas por um policial, que teria dito tê-las confundido com supostos ‘subversivos’. O pelotão havia recebido ordens para cercar a praça e interceptar os panfletos, mas ao chegarem lá encontraram as donas de casa colhendo assinaturas e divulgando o ato, que aconteceria no dia posterior. Em entrevista para o referido jornal, o capitão, que não quis se identificar, assumiu que preferia “[...] enfrentar um batalhão de gladiadores do que dez mães com suas crianças” (Segurança só permitirá ato público na Catedral, Folha de São Paulo, 1978).

No dia posterior a esta confusão, milhares de pessoas juntaram-se às mães da periferia na Catedral da Sé para anunciarem as cláusulas do Abaixo-Assinado sobre o Custo de Vida, contendo 1,3 milhões de assinaturas. Isto se deu mesmo com a negativa do uso da praça e com o ostensivo policiamento desde o dia anterior. Para que a passeata acontecesse, Dom Mauro Morelli, bispo representante de Dom Paulo Evaristo Arns na arquidiocese paulistana, colocou a catedral à disposição

para o uso do MCV. O ato representou uma das mais expressivas manifestações populares desde 1968¹⁰. Contudo, mesmo com a importância do ato na capital paulistana, as tentativas de repolitização sempre estiveram presentes no cenário brasileiro, mas as ações repressivas do Estado impediam que ela acontecesse.

Nesse mesmo ano, o MCV também se inseriu politicamente na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Irma Passoni elegeu-se para a ALESP pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o que representou uma guinada do MCV à política partidária, iniciando uma forma de institucionalização da movimentação. Portanto, a partir de Irma, as demandas foram levadas às instituições estatais. Neste período, a campanha de Irma foi pautada nas conquistas e ações do MCV, pois seu núcleo eleitoral principal estava na Zona Sul, bem como a campanha passou a criticar o governo militar. Para Irma, o principal mérito do MCV foi ter levado certa conscientização política às camadas populares. Isso se deu por meio da mobilização e das grandes discussões nos bairros.

Para ela, a população começou a perceber os problemas político-econômicos do Brasil e traduzi-los para a uma linguagem acessível, apresentando suas demandas de maneira simples e enfática (Moura, 2010, p. 41). Todavia, a periferia paulistana já havia sido palco de grandes movimentos e conquistas e não havia uma incapacidade de pensamento dos indivíduos ali presentes, mas o papel dos CMZS e do MCV foi o de construir uma mobilização coletiva sólida, pautada, principalmente, nas questões das mulheres.

Por fim, as últimas ações do MCV ligaram-se aos Congressos da Mulher Paulista (1979, 1980 e 1981). Estes congressos aconteceram no mesmo momento político em que se iniciaram as discussões sobre a abertura “lenta, gradual e segura”, como também foram aceitas a anistia e o fim do bipartidarismo (Oliveira, 2024). Dessa maneira, segundo Ana Paula Palamartchuk:

A história do feminismo a partir de então carrega essa marca, mas não sem tensões e nuances, já que a defesa dos direitos humanos no interior das organizações feministas, e para fora delas, muitas vezes se orientou mais pela defesa da igualdade de gênero e menos pela construção de uma pauta centrada nos direitos das mulheres. É como se as organizações estivessem entre a defesa de uma pauta feminista e a defesa da democracia (Palamartchuk, 2023, p. 117).

Sendo assim, a transição democrática foi um momento de efervescência dos movimentos feministas, o que gerou uma brecha para a maior participação

10 Ano em que o Ato Institucional nº 5 foi instaurado, proibindo as manifestações e protestos políticos.

feminina na política, bem como originou maiores debates sobre as demandas das mulheres. A busca pela construção de um novo aparelho estatal fez com que estas mulheres mostrassem, de maneira mais enfática, as suas demandas, para que, na esperança da formação de um novo Brasil democrático e com possibilidade de diálogo, fossem inseridas as questões feministas.

É neste processo de reabertura política, de maior inserção da mulher na política e de mais debates sobre as questões femininas que as narrativas das mulheres trabalhadoras ganham ainda mais espaço no cenário político-social brasileiro. Portanto, a trajetória das mulheres do MCV mostra-se essencial para a compreensão da História das Mulheres, evidenciando que as figuras da dona de casa e da mulher trabalhadora são políticas.

Considerações finais

Ao analisar a Campanha pela Paz e o Movimento Custo de Vida em conjunto, este estudo propõe uma leitura que transcende a narrativa tradicional de rupturas históricas. Ambos os movimentos demonstram que, apesar das mudanças nos contextos políticos, os desafios enfrentados pelas mulheres trabalhadoras permaneceram notavelmente consistentes.

Além disso, a análise revela que as mulheres utilizaram suas experiências cotidianas como ponto de partida para a formulação de demandas políticas, ressignificando padrões normativos de gênero e contribuindo para a ampliação das agendas da classe trabalhadora e das mulheres. Ao fazê-lo, elas tensionaram as fronteiras entre público e privado, desafiando as limitações impostas pela repressão política, presente mesmo em período de suposta democracia.

A Campanha pela Paz e o Movimento Custo de Vida estão circunscritos a dois períodos históricos distintos e que são, comumente, analisados na chave da ruptura pela historiografia. Entretanto, a partir da análise desses dois movimentos, é possível perceber as continuidades entre a suposta experiência democrática do período pós-“Estado Novo” e a Ditadura Militar brasileiras. Apesar de ser um período de imaginário democrático, o final da década de 1940 e a primeira metade da década de 1950 foram marcadas por forte repressão política e social, especialmente protagonizada pelo DOPS.

As continuidades entre a ‘experiência democrática’ e a ditadura vão além da repressão. Boa parte das demandas femininas eram as mesmas durante os dois períodos. Para além da questão da carestia, a falta de creches e de lugares próprios para refeição nos ambientes de trabalho, tal como a precariedade dos serviços de

transporte e a desigualdade salarial, por exemplo, faziam parte do arcabouço reivindicatório de ambos os movimentos. Essa similaridade entre as agendas indica como, apesar das intensas mobilizações na luta por melhores condições de vida ao longo dos anos e de supostos períodos de alto desenvolvimento no país — como o do “Milagre Econômico”— os problemas que afligiam a classe trabalhadora e, especialmente as mulheres, persistiam.

Além disso, a moralidade e a expectativa sobre os papéis de gênero também são pontos de convergência entre esses dois momentos. Sob essa ótica, as noções em torno da maternidade e de seu uso político se mostram coincidentes na Campanha pela Paz e no MCV, o que indica que a percepção popular acerca dessa temática era bastante similar nos dois períodos. Isso se explica porque, embora a maternidade realmente fosse um meio de legitimar a atuação política feminina e, conseqüentemente, de abrandar a repressão, era sobretudo parte significativa da experiência dessas mulheres. Muito mais do que apenas uma estratégia, o uso político da maternidade versava sobre as reais motivações das trabalhadoras, que se preocupavam cotidianamente com a qualidade de vida de seus filhos.

No caso da Campanha pela Paz, havia uma estratégia política mobilizada pela Federação de Mulheres sob influência do PCB, que não apenas ditava as pautas reivindicatórias como também orientava o teor do discurso. Contudo, as trabalhadoras que protagonizaram as mobilizações em torno dessa agenda tinham suas vidas diretamente impactadas pelos problemas aos quais buscavam soluções.

No caso do MCV as relações entre trabalho e maternidade eram mais sutis, sem uma estratégia mobilizadora forte, porém era intrínseca ao cotidiano das mulheres periféricas. As reiteraões do papel da mãe demonstraram o real sofrimento das figuras femininas da Zona Sul de São Paulo, que mesmo que atribuído sem uma agenda política, se tornou uma pauta importante na luta contra a carestia. As nuances cotidianas da vida das mães periféricas geraram demandas fundamentais para os movimentos de mulheres e para a classe trabalhadora à época, o que demonstra certa predominância dos discursos das mulheres na luta contra a Ditadura.

Essa agenda política, ancorada na questão da maternidade e da responsabilidade feminina com o lar, difere bastante das pautas consagradas como feministas no Brasil. Ambos os movimentos foram pautados em questões generificadas e que versavam sobre as demandas mais latentes para as mulheres, além de possuir um importante caráter emancipatório. A experiência dessas

trabalhadoras elucida que as mulheres sempre estiveram se organizando politicamente e reivindicando seus direitos e o quão amplas foram as agendas políticas femininas.

Referências:

1ª Carta das mães da periferia. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV). Doc. 002_2, Fundo ECO_PRE, 1973.

1ª Convenção Feminina. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, março de 1949.

“Abaixo-assinado”, Centro de Documento e Pesquisa Vergueiro (CPV), Fundo ECO_PRE, 1978

ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris.** São Paulo: Alameda, 2016.

ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas: mulheres, PCB e política no Brasil.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

A mulher e as organizações profissionais, sindicatos, etc. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, sem data.

Assembleia de encerramento da 1ª Convenção Feminina Pró-paz, realizada ontem, no salão das Classes Laboriosas, à Rua do Carmo, 129. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Dossiê Campanha da Paz, 31 de março de 1949.

Boletim sobre o Ano Internacional da Mulher, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), Fundo CMZS, 1975.

CAMPOS TEIXEIRA, Sofia. **Sobre as domésticas.** Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021. São Paulo, 1948.

Carta enviada à Associação Feminina de Vera Cruz. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 10 de fevereiro de 1949.

Carta sobre o custo de vida. Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM). Caixa 5, Fundo CMZS, 1975.

Circular nº 82 da Federação de Mulheres do Brasil. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 22 de janeiro de 1952.

DIAS, Maria Odila Leite. Mulheres sem História. **Revista de História**, São Paulo, n. 114, p. 31-45, jan/jun, 1983.

DIAS, Luciana; AZEVEDO, Jô; BENEDICTO, Nair. **Santo Dias**: quando o passado se transforma em história. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Doc. 002_2, Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CPV), Fundo ECO_PRE, 1976.

EVERS, Tilman. Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida. In: MOISÉS, J. **Alternativas populares de democracia**: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes, p. 74-100, 1982.

FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres**: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: FGV, 2018a.

FRACCARO, Glaucia. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos**, v. 31, p. 7-26, 2018b.

FRASER, Nancy. *Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente*. **Debate Feminista**, p. 23-58, março de 1993.

GOHN, Maria da Gloria. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 44, nº 2, p. 130-138, 2008.

Investigação sobre a Federação das Mulheres do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 08 de outubro de 1948.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

MAGALHÃES SILVA, Marina. **A mulher e a paz universal**. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, 17 de setembro de 1948.

Manifesto às Mulheres de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, dezembro de 1948.

MONTEIRO, Thiago Nunes. **“Como pode um povo vivo viver nessa carestia”**: o movimento custo de vida em São Paulo (1973-1982). São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2017.

MOURA, Alessandro de. Movimento Operário do ABC Paulista (1978-2010): Contestação, intermediação e colaboracionismo. **Revista Aurora**, v. 4, n. 6, p. 36- 68, ago. 2010.

Mulheres de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, sem data.

OLIVEIRA, Layana Sales de. **“Somos Mães de Família em Desespero”**: relações de gênero e trabalho nos Clubes de Mães da Zona Sul de São Paulo e no Movimento Custo de Vida (1973-1983). Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Tribunal Bertha Lutz e a luta contra a discriminação da mão de obra feminina: notas da história social do feminismo no Brasil (1970-

1980). In: VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **[Re]existências LGBTQIA+ e feminismo na Ditadura Civil-Militar e na Redemocratização do Brasil**. Maceió: Editora UFAL, 2023. p. 112-139.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

POMAR, Pedro Estevam. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 2002.

Resumo da 1ª Convenção Feminina do Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário 108.021, sem data.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Combatentes da Paz: os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

SEGURANÇA SÓ PERMITIRÁ ATO PÚBLICO NA CATEDRAL, **Folha de São Paulo**, 26 de ago. de 1978, p. 9.

TAVARES, Ana Clara. **A paz das operárias: gênero, trabalho e o Partido Comunista em São Paulo (1948-1953)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2023.

TILLY, Charles. *Getting it together in Burgundy, 1675-1975*. **CRSO Working Paper U128**, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, 1976.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.